

## **Apresentação**

Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil:  
do conceito à ação

**Paulo Freire Vieira\***

**Ademir A. Cazella\*\***

**A**tomada de consciência de uma crise ecológica de escopo global coincide com a realização da Conferência de Estocolmo em 1972 e deflagrou uma nova forma de contestação dos rumos da civilização industrial-tecnológica. Esta mudança drástica de perspectiva deveria ter favorecido a eclosão de uma consciência universalista, com tudo o que isto implica em termos de reconstrução de identidades individuais e coletivas, baseadas na ética da responsabilidade e da fraternidade. Mas apesar das constantes referências sobre os sintomas da crise no cotidiano das sociedades modernas, e dos bolsões de resistência que vêm se formando nos últimos tempos em nome de uma *sociedade civil planetária*, as tentativas de mudança têm gerado até agora mais frustrações e ceticismo do que esperanças de êxito no combate por novas formas de organização social.

Os estilos de vida que se generalizaram na *modernidade tardia*, e nos quais estamos cada vez mais profundamente imbricados, já produziram mudanças drásticas na capacidade de auto-regulação da biosfera. A poluição generalizada, de que tanto se fala, representa apenas uma das múltiplas facetas de um vasto sistema de ação que vem se tornando a cada dia que passa mais violento e desgovernado. Para muitos estudiosos da ecologia política contemporânea, já estaríamos nos aproximando do limiar crítico de irreversibilidade dessa trajetória caótica, num cenário natural que se julgava, num certo sentido, perene e indestrutível.

---

\* Professor-titular do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC e pesquisador do CNPq. Endereço eletrônico: [vieira.p@cfh.ufsc.br](mailto:vieira.p@cfh.ufsc.br).

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC.

Sinais de alarme considerados difusos e controvertidos há poucas décadas atrás vão se tornando cada vez mais visíveis, agudos e inequívocos. A degradação socioambiental atinge atualmente, sem exceção, todas as regiões do planeta, independentemente dos sistemas econômicos e políticos nos quais elas estão inseridas. Aparentemente, não causa mais espanto a ninguém que os rios e lagos, os oceanos, as florestas, o ar, a biodiversidade, os genes ou as zonas costeiras sejam consideradas pelos economistas e tecnocratas de plantão como *bens gratuitos*, num processo de mercantilização progressiva (e intensiva) daquilo que constitui, na realidade, o *patrimônio comum da humanidade*.

Os impactos sociais das mudanças climáticas constituem um caso à parte. Segundo um relatório difundido recentemente pelo *Fórum Humanitário Global*, uma organização não governamental sediada na Suíça e presidida por Kofi Annan (ex-secretário-geral da ONU), as alterações observadas na auto-regulação térmica do planeta “respondem atualmente pelo extermínio de cerca de 315 mil pessoas por ano, de fome, doenças ou desastres naturais, e este número provavelmente deverá subir para 500 mil por ano até 2030”. Nesse caso, “os primeiros atingidos e os mais afetados são os grupos mais pobres do mundo, embora eles pouco tenham feito para ocasionar o problema”. Não obstante, como reconhece Barbara Stocking, executiva da OXFAM (um comitê internacional de combate à fome sediado em Oxford, na Inglaterra), “as linhas de financiamento dos países ricos acionadas para ajudar os pobres e vulneráveis a se adaptarem às mudanças climáticas não atinge nem mesmo 1,0% do montante que seria necessário”.

A degradação mais ou menos irreversível de ecossistemas e paisagens, somada ao comprometimento da qualidade de vida (material, psíquica, social e espiritual) da maior parte dos seres humanos, parece ser o preço a ser pago pelo enrijecimento da crença antropocêntrica nas virtudes da mundialização técnico-econômica regida pelo mercado. Continuar subjugando implacavelmente a natureza, na trilha do crescimento material ilimitado e gerador de violência estrutural e exclusão social: eis a mola-mestra do arrogante padrão civilizatório forjado no século XVIII, e que se reproduz nessa conturbada transição para o Terceiro Milênio da era cristã ocidental.

Existem certamente evidências de um aumento da preocupação com as questões ligadas à degradação do meio ambiente natural e construído em praticamente todos os países. Como resultado dos compromissos firmados durante a *Cúpula da Terra*, em 1992, avolumam-se as reformas institucionais e as regulamentações jurídicas, ao mesmo tempo em que se adensam as redes transnacionais de militantes sócio-ambientalistas. Considerando-se a especificidade do caso brasileiro, parece existir também um certo consenso entre os especialistas quanto à evolução progressiva da tomada de consciência das implicações da crise socioambiental junto a alguns setores mais esclarecidos da população. Todavia, as iniciativas voltadas à neutralização dos condicionantes estruturais da crise, nos dois hemisférios, têm se mostrado até o momento fragmentadas, descontínuas e aparentemente inócuas. Ainda hoje, são raras as experiências bem sucedidas de construção de *Agendas 21* nos vários níveis de organização territorial dos Estados-Nação. Decididamente, não estamos conseguindo romper o círculo vicioso da degradação ecossistêmica gerada por condições extremamente adversas de pobreza e exclusão social. Da mesma forma, não estamos fazendo o necessário para que as mensagens essenciais oriundas da *Rio 92* atinjam a opinião pública de forma efetiva e duradoura. Após a *Cúpula de Johannesburgo* (a *Rio + 10*), acumulam-se as evidências de que, no plano das mudanças concretas de mentalidades, atitudes e práticas, a destruição intensiva e generalizada do meio ambiente biofísico e a sua contrapartida – a dramática intensificação dos desníveis entre ricos e pobres – continuam sendo consideradas preocupações marginais na vida cotidiana da maior parte dos habitantes do planeta (Worldwatch Institute, 2002; Sader, 2000; PNUD, 2001; Lovelock, 2006; Merchant, 1992; Bookchin, 1993; Ziegler, 2002; Kothari, 1993).

Respostas lúcidas e de escopo planetário aos dilemas evolucionários colocados por esse *Admirável Mundo Novo* dependerão não só da nossa capacidade de compreendermos melhor a complexidade embutida no funcionamento interdependente dos *sistemas socioambientais* contemporâneos. Estamos sendo desafiados também a conceber e colocar em ação novas estratégias de desenvolvimento, baseadas numa representação *co-evolutiva* e *adaptativa* das

relações que mantemos com a natureza (Nicholson, 1970; Holling, 1978; Holling, 1998; Gunderson e Holling, 2002; Berkes, Colding e Folke, 2003; Montgolfier e Natali, 1987; Botkin, 1990). Como ficou expresso nas sínteses das discussões pioneiras travadas durante a Conferência de Estocolmo, reatualizadas no Fórum Global das ONGs durante a *Cúpula da Terra* e também nas conferências internacionais subsequentes, o enfrentamento das causas estruturais da crise socioambiental deverá pressupor não só a adoção de um padrão muito mais drástico de modificação de visões de mundo, sistemas de valores, atitudes e práticas cotidianas.

Daqui em diante, seremos cada vez mais desafiados a traduzir esses novos valores e símbolos em suportes institucionais e educacionais que nos permitam concretizar estratégias simultaneamente preventivas e proativas de mudança. Nesse sentido, a atual crise de *paradigmas de conhecimento* articula-se a uma crise político-institucional com perfil historicamente inédito, fato que nos impele a questionar seu inter-relacionamento complexo à luz das novas oportunidades abertas pelo debate acadêmico sobre o *nexo meio ambiente e desenvolvimento*.

A tomada progressiva de consciência da necessidade de integrar e complexificar o esforço de pesquisa sobre esta temática, consubstanciada na instituição de um novo campo de conhecimento inter e transdisciplinar - a *ciência ambiental* - tem acompanhado o desdobramento desta discussão (Jollivet, 1992; Vieira e Weber, 2000). Em meio a uma grande diversidade de pontos de vista sobre como lidar com o perfil *sui generis* da crise, vem se formando um consenso entre os pesquisadores sobre o caráter interdependente e globalizado dos múltiplos fatores que estão em jogo. Para tanto, a contribuição da *pesquisa sistêmica* (*general systems research*) tem sido decisiva (Bertalanffy, 1968; Laszlo, 1981; Buckley, 1968; Le Moigne, 1990; Rosnay, 1975; Bunge, 1977; Atlan, 1979; Goldsmith, 1994; Miller, 1978; Aida, 1986; Walliser, 1997; Prigogine e Stengers, 1979; Morin, 1977; Vullierme, 1989). Não seria exagero considerá-la como um *paradigma* alternativo no campo da investigação biossocial, que tem influído em praticamente todas as áreas de especialização acadêmica. Face à excessiva compartimentação do conhecimento em disciplinas mais ou menos estanques e à predominância de en-

foques *analítico-reducionistas*, o enfoque sistêmico oferece-nos uma poderosa estratégia de unificação metodológica das ciências.

De fato, este enfoque foi concebido como um novo instrumento de elucidação e gestão da *complexidade* dos fenômenos vivos, a saber, do número e da prodigiosa variedade de elementos e relações de interdependência que caracterizam o funcionamento “contra-intuitivo” dos macro-sistemas dos quais nós somos simplesmente as células. As interrogações fundamentais mudam quando nós optamos por abordar um sistema como um todo integrado e auto-regulado, ao invés de buscarmos compreender apenas o funcionamento das suas partes componentes. O diferencial decisivo reside na preocupação pelo resgate simultâneo das interdependências dinâmicas internas ao sistema, envolvendo os seus sub-sistemas, e aquelas que acoplam o sistema ao meio ambiente. O refinamento gradual da nova imagem-de-mundo que se desprende das análises sistêmicas, que reinserem a história das sociedades humanas na história das relações que mantemos com a natureza, tem impulsionado a construção progressiva do novo conceito de desenvolvimento que necessitamos e, por implicação, o esboço de um novo padrão civilizatório (Morin e Kern, 2000).

As experimentações pioneiras inspiradas nos princípios (sistêmicos) de *ecodesenvolvimento* (Sachs, 1980; CIRED, 1986; Dag Hammarskjöld Foundation, 1975; Nerfin, 1977; Galtung, 1977; Glaser, 1984) ao longo das décadas de 1970 e 1980 representaram um movimento original de resistência à *lógica* tecnocrática, socialmente excludente, culturalmente homogeneizadora e ecologicamente destrutiva imposta pela ideologia do crescimento material “a qualquer custo”. Mantendo uma posição equidistante das ideologias *economicista* e *estatista*, seus adeptos propunham a invenção de trajetórias plurais de desenvolvimento endógeno, no cruzamento dos ecossistemas e das culturas, alimentadas pelo ganho de aprendizagem obtido por meio de um resgate bem informado da *história ecológica da humanidade*.

Vinte anos depois, por ocasião da *Cúpula da Terra*, a irrupção do conceito de *desenvolvimento sustentável* (WCED, 1987) acabou se transformando mais num problema do que num instrumento de solução efetiva, ou de corte estrutural, para o aguçamento da crise

planetária do meio ambiente. Além das múltiplas e controvertidas interpretações que ele tem suscitado, o apelo a corretivos tecnológicos e gerenciais *ex post* de sintomas isolados da crise, a exemplo da internalização de *externalidades* por meio do cálculo econômico-monetário vem contribuindo, desde então, para a legitimação de um princípio de “*sustentabilidade fraca*” nos espaços de planejamento e gestão de estratégias de desenvolvimento.

Praticamente na mesma época, entrou em cena o enfoque de *desenvolvimento territorial*. Assumindo o ponto de vista de uma *socioeconomia do desenvolvimento territorial*, Bernard Pecqueur (1989) e Claude Courlet (1994), dentre outros, retomaram as contribuições pioneiras de Alfred Marshall (1919) sobre os “distritos industriais” para acentuar a relevância dos processos endógenos de auto-organização no nível local que convergem no sentido da formação dos assim chamados *sistemas produtivos locais*. Esta noção designa aquelas inovações sociotécnicas que se nutrem de *efeitos de proximidade* (geográfica, econômica, organizacional e sociocultural), reforçadores de vínculos de confiança e cooperação entre os diversos atores sociais envolvidos. A construção de dinâmicas territoriais norteadas pela presença de sistemas dotados desse perfil passou a ser considerada como capaz, em princípio, de reduzir as incertezas e contradições do processo de globalização econômica assimétrica e os chamados *custos de transação*. Neste sentido, isto poderia favorecer a legitimação de uma *economia plural*, centrada na mobilização criativa de *recursos e ativos específicos* existentes em cada contexto socioambiental investigado.

Todavia, no debate internacional sobre o potencial de mudança contido nessa abordagem as variáveis relacionadas à problemática socioambiental contemporânea têm sido colocadas, de forma paradoxal, em segundo plano. Em nosso País, a necessidade de fazer frente a essa defasagem apenas começa a ser enfrentada por formuladores de políticas governamentais, agentes de desenvolvimento local e pesquisadores acadêmicos. No primeiro caso, deve ser ressaltada a criação da *Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável* do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da *Secretaria de Desenvolvimento Territorial* do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Sem dúvida, trata-se de um avanço significativo, na medida em que

esse tipo de institucionalidade não costuma ocorrer com frequência na esfera estatal, mesmo quando as interfaces entre os diferentes setores de intervenção chegam a ser percebidos com nitidez.

No ambiente universitário, atividades integradas de pesquisa, ensino e extensão sobre desenvolvimento territorial sustentável passaram a ser estimuladas nos últimos tempos, em diferentes contextos regionais. A título de exemplo, desde 2004 um grupo de pesquisa transdisciplinar vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina vem se dedicando à investigação sobre potencialidades e obstáculos à promoção de estratégias de *desenvolvimento territorial sustentável* em várias regiões catarinenses. O grupo concentra professores e estudantes vinculados ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, ao Centro de Ciências Agrárias e ao Centro Socioeconômico, atuando em parceria com professores-pesquisadores e estagiários franceses e canadenses. O *Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento* (NMD), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política vem desempenhando um papel importante na implementação deste projeto, que conta com o apoio financeiro do Acordo CAPES-COFECUB, do CNPq, do MDA e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). A construção e o teste de um modelo de análise sistêmica e comparativa, o domínio da técnica de *prospectiva territorial* e a concepção de um programa de capacitação permanente de agentes de desenvolvimento territorial sustentável constituem o cerne dos esforços que vêm sendo investidos no fortalecimento dessa linha de investigação. No rol das instituições francesas envolvidas figuram o *Departamento de Ordenamento Territorial da Escola Politécnica da Universidade de Tours*, o *Instituto de Geografia Alpina da Universidade de Grenoble*, o *Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônoma para o Desenvolvimento* (CIRAD) e o *Instituto Nacional de Pesquisa Agrônoma* (INRA). No Canadá, cabe mencionar a *Universidade do Québec em Montréal* (UQAM) e o *Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa* (CIRIEC).

Em 2007, o coletivo sediado no NMD assumiu a iniciativa de organizar um colóquio internacional onde a questão da sustentabilidade ecológica e social das estratégias emergentes de desenvolvimento territorial, em diferentes contextos nacionais, foi colocada em primeiro plano. Do lado brasileiro, o evento contou

com a participação ativa de docentes-pesquisadores vinculados à UFSC, à Universidade Federal de Campina Grande, à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e à Universidade de São Paulo. A agenda de trabalho contemplava também a formação de novas parcerias institucionais, tendo em vista a organização de um programa de longo fôlego de pesquisas comparativas sobre o tema, além de um projeto editorial voltado para a difusão regular da produção acadêmica européia e norte-americana junto a um segmento mais amplo da comunidade científica brasileira.

A maior parte dos trabalhos reunidos neste novo dossiê de *Política & Sociedade* foi discutida por ocasião deste colóquio. Inicialmente, o artigo de Paulo Freire Vieira oferece uma caracterização sucinta do conceito de desenvolvimento territorial sustentável, com base no resgate do processo de complexificação progressiva do enfoque de *ecodesenvolvimento*. Além disso, o texto explora as potencialidades e obstáculos que cercam a busca de operacionalização deste conceito no atual estágio de evolução da política ambiental brasileira.

Na segunda parte, Bernard Pecqueur identifica a existência de novas modalidades de organização das ações coletivas e de novos sistemas produtivos enraizados territorialmente, ou seja, para os quais o contexto sociocultural e histórico (ou seja, a *especificidade* dos territórios) importa. Dessa forma, o texto delineia uma imagem instigante desses novos mecanismos de valorização da endogeneidade das dinâmicas de desenvolvimento e da diversidade de estilos de vida, num cenário *pós-fordista* de globalização econômica. O modelo de desenvolvimento territorial que ele propõe baseia-se nos conceitos de *qualidade* e *especificidade*, em nítido contraste com o modelo clássico de produtividade ainda predominante.

Na seqüência, Benoît Lévesque coloca em destaque a contribuição que os teóricos da *economia plural* oferecem atualmente para a internalização da dimensão do meio ambiente nos debates sobre as dinâmicas territoriais de desenvolvimento. O conceito de economia plural é definido com base nos estudos sobre a *economia social e solidária*, na chamada *Nova Sociologia Econômica* e na *socioeconomia dos territórios*. Por sua vez, o conceito de *desenvolvimento sustentável* é caracterizado da perspectiva do assim chamado *paradigma societal* e

das interações que ele mantém com o território e com a economia plural e social. Numa perspectiva de avaliação crítica dos pressupostos da economia neoclássica, esta contribuição reforça a percepção da necessidade de se religar a economia a uma perspectiva ecológica e social mais ampla, buscando assim respostas mais consistentes – do ponto de vista ético-político - aos desafios colocados pelo agravamento intensivo da crise socioambiental planetária.

Por sua vez, Catherine Laurent aborda o problema gerado pela carência atual de conhecimentos válidos que nos permitam compreender melhor as complexas relações entre o combate às desigualdades sociais e à pobreza e a promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável. Na sua opinião, seria indispensável dispormos de um conjunto mais preciso de conhecimentos capazes de subsidiar um diagnóstico descritivo das desigualdades sociais e das interações específicas envolvendo os vários grupos sociais e o meio ambiente biofísico e construído - no espaço e no tempo. Mas o cerne da sua linha de argumentação diz respeito ao mapeamento de alternativas possíveis visando superar essas limitações e articular cada vez melhor a produção de conhecimentos científicos aos processos de tomada de decisão política no campo do planejamento de estratégias territoriais de desenvolvimento.

Na terceira parte do dossiê, as contribuições selecionadas giram em torno de questões ligadas à viabilidade da construção de políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável no Brasil atualmente. Com base em estudos de caso conduzidos recentemente, trata-se aqui de iluminar alguns dos obstáculos mais significativos à passagem do conceito à ação.

Inicialmente, o texto de Maria Carolina Andion focaliza as diversas possibilidades de aplicação do enfoque de desenvolvimento territorial sustentável no campo da gestão municipal, especialmente no que se refere à concepção e implementação de planos ao mesmo tempo integrados e participativos. Num primeiro momento, a autora resgata o contexto institucional e histórico do sistema de gestão municipal implantado no Brasil, avaliando em seguida os principais avanços e limites do processo de federalização dos municípios embutido na Constituição de 1988. O trabalho evidencia, assim, os principais desafios que continuam bloqueando

um engajamento efetivo dos governos locais na concretização de estratégias ecologicamente responsáveis e socialmente incluídas de desenvolvimento territorial.

Por sua vez, Philippe Bonnal e Renato Maluf concentram-se na análise da maneira pela qual as diversas políticas públicas voltadas para o meio rural - e inscritas no Plano Plurianual de Governo no período de 2004 a 2007 - se referem à noção de *multifuncionalidade agrícola* e à perspectiva territorial do desenvolvimento. Num cenário marcado simultaneamente pelas dinâmicas de globalização da economia e de fortalecimento do processo democrático, os dois autores destacam os esforços que têm sido investidos na legitimação (i) de políticas setoriais favoráveis à agricultura familiar e (ii) de políticas de dinamização “territorializada” das atividades econômicas no Brasil atualmente. O texto sugere que essas políticas se referem de maneira implícita à multifuncionalidade da agricultura familiar e, de maneira mais explícita, ao enfoque territorial de desenvolvimento. Em conclusão, aponta-se o caráter ainda essencialmente fragmentado e diferenciado das políticas de desenvolvimento rural e a necessidade de integrá-las com base em referências mais nítidas a estas duas noções.

Na mesma linha de preocupação com os obstáculos que cercam a construção de dinâmicas territoriais de desenvolvimento envolvendo agricultores familiares, Maria José Carneiro e Betty Nogueira Rocha contribuem com uma avaliação crítica de dois projetos recentes, de escopo intermunicipal, na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Neste artigo, o foco incide numa reflexão sobre as coações e limites impostos pela especificidade da nossa cultura política na implementação dessas dinâmicas. Além disso, o município de Nova Friburgo foi assumido como ponto de referência para o mapeamento de projetos e/ou ações mobilizando agricultores multifuncionais sediados em outras municipalidades da região. Com base numa caracterização cursiva da trajetória de desenvolvimento do universo selecionado e na problematização da categoria de *território*, as autoras elucidam de que maneira um traço constitutivo da sociedade brasileira – a *patronagem* e o *clientelismo* – tem operado nas tentativas de construção territorial que consideram os agricultores

familiares como atores sociais e principais beneficiários das políticas públicas acionadas em nosso País nos últimos tempos.

Por sua vez, o artigo assinado por Claire Cerdan, Carolina Quiumento Velloso, Aparecido Lima da Silva, Delphine Vitrolles, Claire Delfosse e Carlos Nabinger focaliza os inúmeros desafios envolvidos na criação e na implementação de dispositivos de valorização de especificidades locais, sintonizados com o debate em curso sobre as relações entre *indicação geográfica, proteção do patrimônio natural e desenvolvimento rural sustentável*. O texto foi construído com base nos resultados obtidos pelo estudo de duas experiências de promoção de produtos agropecuários por meio da indicação de origem nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a saber: a carne bovina produzida nos campos nativos do Pampa Gaúcho brasileiro e o vinho Goethe cultivado na região de Urussanga.

Concluindo a terceira parte, Ademir Antônio Cazella e Fábio Luiz Búrigo avaliam as condições de viabilidade da criação de sistemas de financiamento para projetos de desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais. O artigo aborda duas experiências recentes que representam avanços significativos (i) na promoção da inclusão financeira de segmentos sociais empobrecidos e (ii) na ampliação dos espaços de manobra visando a participação efetiva das organizações territoriais na gestão desses sistemas: o *Programa Crediamigo* do Banco do Nordeste e o sistema de cooperativismo de crédito solidário implantado nos últimos anos na região Sul do País.

Na quarta e última parte do dossiê, os leitores poderão encontrar uma síntese dos resultados parciais da pesquisa em curso mencionada acima, relacionada à *prospectiva* do desenvolvimento territorial sustentável no estado de Santa Catarina. Num primeiro momento, o artigo assinado por Paulo Freire Vieira, Ademir Antônio Cazella e Claire Cerdan oferece subsídios exploratórios para uma avaliação atualizada dos limites do assim chamado *modelo catari-nense de desenvolvimento*. Além disso, de forma ainda exploratória, caracteriza as potencialidades e os obstáculos mais significativos à criação de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável em três “*regiões-laboratório*” do estado: na Região Serrana, no Alto Vale do Itajaí e na Zona Costeira Centro-Sul.

## Bibliografia

AIDA, S. et al. (1986) **Science et pratique de la complexité**. Actes du colloque de Montpellier, maio de 1984. Paris: La Documentation Française.

ATLAN, H. (1979) **Entre le cristal et la fumée. Essai sur l'organisation du vivant**. Paris : Seuil.

BERKES, F.; COLDING, J. & FOLKE, C. (Eds.) (2003) **Navigating social-ecological systems. Building resilience for complexity and change**. Cambridge: Cambridge University Press.

BERTALANFFY, L. von (1968) **General systems theory**. New York: Braziller.

BOOKCHIN, M. (1993) **Une société à refaire**. Montréal: Les Editions Écosociété.

BOTKIN, D.B. (1990) **Discordant harmonies. A new ecology for the 21th century**. New York: Oxford University Press.

BUCKLEY, W. (1968) **Modern systems research for the behavioral scientist**. Chicago: Aldine.

BUCKLEY, W. (1971) **A sociologia e a moderna teoria dos sistemas**. São Paulo: Cultrix.

BUNGE, M. (1977) The GST challenge to the classical philosophies of science. *International Journal of General Systems*, 4.

BUNGE, M. (1980) **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia.

CIREDD (1986) **Rapport scientifique 1973-1986**. Paris: EHESS.

COURLET, C. (1994) Les systèmes productifs localisés, de quoi parle-t-on ? In : C. Courlet e B. Soulage (Eds.) **Industrie, territoires et politiques publiques**. Paris : L'Harmattan.

FUNDAÇÃO DAG HAMMARSKJÖLD (1975) **Que faire**. Uppsala: DHF.

GALTUNG, J. (1977) **Self-reliance. A strategy for development**. Londres: Bogle L' Ouverture.

GLAESER, B. (Ed.) (1984) **Ecodevelopment. Concepts, projects, strategies**. Oxford : Pergamon Press.

GOLDSMITH, E. (1994) **Le défi du XXIe. Siècle. Une vision écologique du monde**. Paris: Editions du Rocher.

GUNDERSON, L.H. e HOLLING, C.S. (Eds.) (2002). **Panarchy. Understanding transformations in human and natural systems.** Washington DC : Island Press.

HOLLING, C.S. (1978) **Adaptive environmental assessment and management.** Chichester: Wiley.

HOLLING, C.S. et al. (1998) Science, sustainability and resource management. In: Berkes, F. e Folke, C. (Eds.) **Linking social and ecological systems.** Management practices and social mechanisms for building resilience. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 342-362.

JOLIVET, M. (1992) **Sciences de la nature, sciences de la société. Les passeurs de frontières.** Paris : CNRS.

KOTHARI, R. (1993) **Growing amnesia. An essay on poverty and the human consciousness.** Nova Delhi : Viking.

LASZLO, E. (1981) **Le systémisme, vision nouvelle du monde.** Paris: Pergamon Press.

LE MOIGNE, J.-L. (1977) **La théorie du système général, théorie de la modélisation.** Paris : PUF.

LE MOIGNE, J.L. (1990) **La modélisation des systèmes complexes.** Paris : Dunod.

LOVELOCK, J. (2006) **A vingança de Gaia.** Rio de Janeiro: Intrínseca.

MARSHALL, A. (1919) **Industry and trade.** London : Macmillan.

MEADOWS, D.L. (org.) (1972) **The limits to growth.** Nova Iorque: Universe Books.

MERCHANT, C. (1992) **Radical ecology. The search for a livable world.** New York : Routledge.

MILLER, J. G. (1978) **Living systems.** New York: Elsevier.

MONTGOLFIER, J. de & NATALI, J.M. (1987) **Le patrimoine du futur.** Paris: Economica.

MORIN, E. (1977) **La méthode. La nature de la nature.** Paris: Seuil.

MORIN, E. e KERN, A.B. (2000) **Terra-Pátria.** Porto Alegre: Sulina.

NERFIN, M. (1977) **Another development. Approaches and strategies.** Uppsala: DHF.

- NICHOLSON, M. (1970) **The environmental revolution: a guide for the new masters of the world**. London: Hodder & Stoughton.
- NORGAARD, R.B. (1994) **Development betrayed. The end of progress and a coevolutionary revisioning of the future**. London & New York : Routledge.
- PECQUEUR, B.(1989) **Le développement local : mode ou modèle ?** Paris : Syros/Alternatives.
- PNUD (2001) **Human Development Report 2000**. New York : PNUD.
- PRIGOGINE, I. & STENGERS, I. (1979) **La nouvelle alliance. Métamorphoses de la science**. Paris: Gallimard.
- ROSNEY, J. de (1975) **Le macroscope. Vers une vision globale**. Paris: Seuil.
- SACHS, I. (1980) **Stratégies de l'écodéveloppement**. Paris : Les Editions Ouvrières.
- SACHS, I. (2007) **Rumo à ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez.
- SADER, E. (2000) **Século XX. Uma biografia não-autorizada**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (Orgs.) (2000) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez.
- VIEIRA, P.F. ; CAZELLA, A. e CERDAN, C. (2006) Desenvolvimento territorial sustentável. Conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. *Eisforia* (nr. especial) 4 (4).
- VULLIERME, J.-L. (1989) **Le concept de système politique**. Paris: PUF.
- WALLISER, B. (1997) **Systèmes et modèles**. Introduction critique à l'analyse de systèmes. Paris : Seuil.
- WCED (1987) **Our common future**. Oxford: Oxford University Press.
- WORLDWATCH INSTITUTE (2002) **State of the world 2002**. New York: W.W. Norton.
- ZIEGLER, J. (2002) **Les nouveaux maîtres du monde et ceux qui leur résistent**. Paris: Fayard.